

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 024

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE MARÇO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo ..... Durval Amaral*  
*Líder da Oposição ..... Waldyr Pugliesi*  
*PTB ..... Carlos Simões*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Ademar Luiz Traiano*  
*PMDB ..... Nereu Moura*  
*PPB ..... Tony Garcia*  
*PT ..... Luciana Rafagnin*  
*PDT ..... Luiz Carlos Zuk*  
*PSL ..... Luiz Carlos Martins*  
*PL ..... Pastor Edson Praczyk*  
*PPS ..... Marcos Isfer*

## Representação Partidária

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
20 DE MARÇO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Antonio Carlos Belinati e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Indicação:**

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Pelo presente, venho indicar o deputado Luiz Accorsi, do PTB, para minha suplência nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Certo de contar com sua atenção, renovo minha estima e apreço.

Sala das Sessões, em 20.03.2002.

(a) CARLOS SIMÕES

Líder do PTB

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 516**

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER a anexação do Projeto de Lei nº 128/2002 aos Projetos de Lei nºs 695/2001 e 17/2002, que já se encontram anexados, que cria o Programa Estadual de Recompensa.

Sala das Sessões, em 20.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

**REQUERIMENTO Nº 514**

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, do item 12, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 079/2002.

Sala das Sessões, em 20.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 511**

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento da ex-deputada estadual Rosy Pinheiro Lima, ocorrido no dia 12 de março de 2002.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos seus familiares através de correspondência a ser encaminhada à Praça Tiradentes, 98, 2º andar, CEP: 80020-100 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 20.03.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

A senhora Rosy Pinheiro Lima, falecida em 12 de março do corrente, foi a primeira deputada estadual paranaense (legislatura 1947-50), sendo também a primeira mulher brasileira a conquistar o título de Doutora em Direito. Foi homenageada com o título de Cidadã Benemérita do Paraná, através da Lei Estadual nº 8665 de 05/10/88, publicada no DO nº 2869, por iniciativa do deputado Orlando Pessuti.

A deputada Rosy Pinheiro Lima, deixou um amplo legado de ações e atitudes a ser seguido por todos os paranaenses.

**REQUERIMENTO Nº 517**

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, pela comemoração de seus 33 anos.

Sala das Sessões, em 20.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, está comemorando em data de 20 de março seus 33 anos de atividades. Mas o serviço postal brasileiro faz parte da História do Brasil, como instituição, desde 1663, quando a Coroa Portuguesa nomeou João Cavalheiro Cardoso como correio-mor do Brasil.

Hoje, o Correio está presente em todos os 5.561 municípios brasileiros. O último a contar com uma unidade foi o município de Rio do Fogo, no Rio Grande do Norte. No Brasil, são mais 12.212 agências, o que inspirou a campanha "Correios 100% Brasil".

De 1999 a 2000, o volume de tráfego subiu de 7,4 bilhões para 8,7 bilhões de objetos. No total transportado, no mesmo período, destaca-se o crescimento de 36,35% do tráfego de cartas simples, que passou a 3,6 bilhões para 5,0 bilhões e Sedex, que cresceu 11%, subindo de 77 milhões para 85,5 milhões de encomendas. No campo dos investimentos, os correios prosseguem em sua política de modernização da infra-estrutura operacional, com as inversões de R\$289,6 milhões para R\$368,5 milhões.

Pela comemoração de seus gloriosos 33 anos, receba a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (João Negrão, 1251), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 518

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Tribunal de Justiça do Paraná, pelo excelente trabalho realizado pelo Tribunal de Pequenas Causas no Litoral do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal de Justiça do Paraná, realizou durante o Verão no Litoral do nosso Estado a Operação Verão dos Juizados Especiais.

Sob a supervisão do desembargador doutor Altair Patitucci e coordenação do juiz doutor Marcos Galliano Daros, a operação foi um verdadeiro sucesso, pois conseguiu resolver em pouco tempo casos que levaram meses ou até ano se tramitasse por outros caminhos no Poder Judiciário. Buscando a conciliação, muitos casos resolveram-se na presença dos juízes, o que poupou tempo, esforço e recursos, agilizando a Justiça.

Abaixo registramos os excelentes resultados obtidos, inclusive com destinação de recursos para áreas sociais dos municípios abrangidos:

#### Trabalho Realizado:

- Termos registrados: 1951

- Audiências designadas: 2220  
- Sentenças homologadas - transação penal:

1240

- Multas pecuniárias: 1075  
- Penas de prestação de serviços: 89  
- Outras medidas alternativas: 46

#### Infrações Penais mais frequentes:

- Perturbação do sossego: 517  
- Porte e uso de entorpecentes: 290  
- Lesões corporais: 172  
- Ameaça: 158  
- Delitos de trânsito: 109  
- Vias de fato: 88  
- Exposição a perigo: 06

#### Valores das Penalidades Impostas: 159.061,00

#### Instituições Beneficiadas:

- APAE de Guaratuba: R\$19.633,00  
- Santa Casa de Guaratuba: R\$10.463,00  
- Creche Recanto Paulo VI: R\$9.570,00  
- Conselho Segurança de Matinhos: R\$9.238,00  
- Secretaria Municipal de Saúde de Matinhos:

R\$8.526,00

- Polícia Civil de Matinhos: R\$3.819,00  
- Polícia Militar: R\$1.591,00  
- Provopar: R\$1.654,00  
- Polícia Militar de Ipanema: R\$3.508,00  
- Polícia Civil de Ipanema: R\$8.988,00  
- Programa da Rua para a Escola: R\$3.128,00  
- Pastoral da Criança de Matinhos: 60 cestas básicas - R\$1.393,00

- Ilha do Mel: Já foram repassados R\$7.682,00 para medicamentos, alimentos, gás natural e combustível e serão repassados mais recursos em março.

Pelo brilhante trabalho realizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná com a Operação Verão 2001/2002, recebam o desembargador doutor Altair Patitucci e o juiz doutor Marcos Galliano Daros (Tribunal de Justiça do Paraná - Praça Nossa Senhora da Sallete, s/n, CEP:80530-912 - Centro Cívico - Ctba - PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 512

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao excelentíssimo senhor governador Jaime Lerner, solicitando determinar aos órgãos competentes para urgenciarem estudos quanto à urbanização das vilas rurais.

Conforme Ofício nº 73/2002, de 04 de março, do excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Mallet e Ofício nº 104/2002, SEC/Fetaep, de 14 de março de 2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao excelentíssimo senhor vereador José Scheliga, presidente da Câmara de Vereadores de Mallet e ao senhor Antonio Lúcio Zarantonello, presidente da Fede-

ração dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep).

Sala das Sessões, em 20.03.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O conselho de representantes da Federação dos Agricultores do Estado do Paraná, composto pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná, em reunião, discutiu e aprovou, posicionamento contrário à urbanização das vilas rurais, por acarretar enormes prejuízos aos vileiros, pois, tal urbanização não trará nenhum benefício e sim, prejuízos incalculáveis; com isso, deixando a categoria intranquã e preocupadíssima.

Resumindo: Ofício nº 104/2002-Sec/Fetaep - traduz com muita propriedade, a preocupação aflitíssima da categoria dos trabalhadores rurais do Estado do Paraná.

Estamos certos que a equipe do excelentíssimo senhor governador dará o atendimento necessário, respondendo a este Poder, para que possamos dar ciência aos interessados.

#### REQUERIMENTO Nº 505

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n 400/2001, por se tratar de matéria inócua.

Sala das Sessões, em 20.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 135/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores de Santo Rei - Aprosrei, com sede e foro no município de Nova Catu, comarca de Campina da Lagoa-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores do Santo Rei - Aprosrei, com sede administrativa no distrito de Santo Rei, no município de Nova Cantu, comarca de Campina da Lagoa-PR, é uma entidade de natureza civil, sem fins lucrativos, com prazo de direção por tempo indeterminado, destinada a representação social e defesa econômica dos produtores associados.

#### PROJETO DE LEI Nº 136/2002

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária do Distrito de Rio Verde - Acurv, com sede e foro no Município de Juranda, comarca de Ubitatã-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.2002

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária do Distrito de Rio Verde - Acurv, fundada em 07 de novembro do ano de 1998, com sede na Praça Norberto Mazzuco no distrito de Rio Verde, município de Juranda, comarca de Ubitatã-PR, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado, tendo por objetivos entre outros:

a) estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras do distrito, seus problemas, recursos e aspirações;

b) promover e contribuir para a organização popular e comunitária do distrito;

c) promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar da população do distrito, através de atividades educativas;

d) representar os moradores do distrito em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;

e) receber e aplicar recursos de qualquer natureza e espécie, em benefício da comunidade;

f) colaborar com as demais organizações da comunidade e o poder público, dando-lhes conhecimento de problemas do distrito, pleiteando as necessárias soluções.

#### PROJETO DE LEI Nº 137/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Bairro Lar Paraná, com sede e foro no município e comarca de Campo Mourão-PR.

Art. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.2002

NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Bairro Lar Paraná, fundada em 25 de janeiro de 1984, localizada na Praça Alvorada s/nº - Jardim Lar Paraná, com e foro na cidade de Campo Mourão -PR, é uma entidade social, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado, de caráter

representativo, reivindicatório, beneficente e educativo, visando a solução dos problemas do bairro e contribuindo para a promoção da pessoa humana.

PROJETO DE LEI Nº 138/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a sociedade Rural de Goioerê, com sede e foro na comarca de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.2002

(a) NELSON TURECK

**JUSIFICATIVA:**

A Sociedade Rural de Goioerê, entidade social, sem fins lucrativos, localizada no trevo de Acesso à Rodovia BR 272, s/nº com sede e foro na comarca de Goioerê-PR, tem prazo de duração por tempo indeterminado, tendo por finalidade assistir os associados, orientando-os e fomentando todas as atividades rurais; colaborar com o Poder Público e as entidades congêneres e afins, no sentido de fortalecer o espírito associativo e cooperativo entre os que exercem as atividades rurais; a melhoria da vida e economia rural sob todos os aspectos e a promoção da defesa dos direitos, interesses e aspirações da classe rural perante o poder público, as demais classes e a opinião pública em geral.

PROJETO DE LEI Nº 139/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Sebastião da Amoreira com sede no município de São Sebastião da Amoreira e foro no município de Assaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.03.2002

(a) GERALDO CARTÁRIO

**JUSIFICATIVA:**

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Sebastião da Amoreira, promove gratuitamente assistência social às gestantes, idosos, pessoas carentes, portadores de deficiência, etc.

Oferece, através de atividades com grupos de mães, cursos como corte e costura, culinária, artesanato, higiene pessoal e doméstica, no trabalho de grupos com mães gestantes. Também são realizados enxovais para as mães, sendo que a Associação ainda possui uma vaca mecânica oferecendo leite de soja para as crianças e ges-

tantes. Presta ainda serviços de costura gratuito à comunidade nas áreas escolar e de saúde.

Oferece ainda, em parceria com a Secretaria do Trabalho, vários cursos, dentre eles, costura industrial e técnico em máquinas industriais, a toda a população carente do município.

A entidade têm convênio com a Prefeitura do município de São Sebastião da Amoreira, no tocante ao repasse do pagamento de funcionários que prestam serviços na área da saúde referente ao Programa Saúde da Família, bem como aos agentes comunitários de saúde.

Possui, ainda, convênio com os correios para pagamento de dois (2) funcionários adolescentes que prestam serviços naquele órgão, ressalvando que a entidade não recebe pagamento pelos serviços prestados.

Desta forma, esperamos contar com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, ao referido projeto de lei.

PROJETO E LEI Nº 140/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Ostomizados Núcleo de Cornélio Procópio, com sede e foro no município de Cornélio Procópio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Ostomizados Núcleo de Cornélio Procópio, que tem realizado excelente trabalho junto a ostomizados, ex-ostomizados e profissionais que atuam na área, parentes e amigos no município de Cornélio Procópio e em toda a região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente, senhores deputados.

A mentira tem a perna curta, já dizia um velho adágio popular. E a cada dia que passa, você vai constatando que essa máxima é muito verdadeira. O governo Jaime Lerner tem propagado aos quatro cantos, que o Paraná está saneado, que o Paraná não deve mais nada para ninguém - nem obrigação. Que o Paraná é uma "ferrari", como diz o deputado Pugliesi: aqui é o verdadeiro Éden, segundo as palavras do governador Jaime Lerner. Só que, senhor presidente, estamos tendo conhecimento, a

imprensa tem divulgado que o acordo que o governo do Paraná fez com o Banco Itaú para pagar os 500 milhões de reais, para salvar a Copel, está se expirando nesse final de mês e o governo, segundo as notícias, não tem dinheiro para pagar a conta. E se não pagar, o governo está doando a Copel para o Banco Itaú. E todos sabem do que é proveniente essa dívida de 500 milhões, ou mais. Todos sabem que foi daquele “grande” negócio do governo Jaime Lerner, daquela negócio “fantástico” do atual governador, de ter comprado títulos podres do Estado de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, do município de Guarulhos e do município de Osasco - interior de São Paulo.

Confesso, deputado Zuk, que se qualquer pessoa, qualquer empresário, qualquer cidadão tivesse dinheiro para investir e viesse alguém oferecer títulos do Estado de Alagoas, nem por 10% do valor de face, esse cidadão compraria. Se não fosse o governo Lerner. Que não comprou por 10% do valor de face, comprou por 100% do valor de face os títulos de Alagoas, de Santa Catarina. Inclusive, posteriormente, foi constatado através de uma CPI do Congresso Nacional que os ditos títulos, foram todos falsificados. Não tinham. Foram todos, quimicamente, aumentados. Santa Catarina - segundo a imprensa tem denunciado, a dívida pública de Santa Catarina em precatórios não dava mais de 50 milhões. Mas, transformaram a dívida, os precatórios de Santa Catarina em 350 milhões de reais. Uma química, a química da picaretagem, do trambique. A química do roubo do erário público!

Pois bem, o governo do Paraná, o governador Jaime Lerner - porque não venham me dizer que se o finado Oswaldo dos Santos Filho foi o responsável por práticas criminosas no Bando do Estado que o governador não é culpado porque o povo do Paraná não elegeu o Oswaldo dos Santos Filho, o povo do Paraná elegeu Jaime Lerner para governar o nosso Estado. Quem nomeou para esses cargos de confiança foi o governador, mas quem foi eleito pelo povo do Paraná foi o governador Jaime Lerner e ele é o culpado por esse desastre de governo que aí está!

Pois bem, senhor presidente, como é que fica a Copel? O Paraná tem ou não tem os 500 milhões para pagar o Banco Itaú? Se o discurso fácil do senhor Ingo Hübert, do senhor Jaime Lerner forem verdadeiros, que o Paraná está saneado, que não deve nada para ninguém, que é tudo coisa da oposição, que a oposição coloca gosto ruim em tudo, então, com certeza, ele vai pagar a dívida dos 500 milhões de reais! Aí nós, da oposição é que somos os anunciadores de desastre que não existe, somos anunciadores da mentira, mas para isso o governador Jaime Lerner tem que pagar os 500 milhões do Banco Itaú, para tapar esse buraco que ele fez comprando títulos podres de Estados falidos e transformados esse títulos podres em verdadeiro mico nas mãos, não do Jaime Lerner, mas, do povo do Paraná! Mas o Banco Itaú quer receber a dívida, e com razão, porque num outro péssimo

negócio, num outro desastrado negócio colocaram ações da Copel em garantia dessa dívida e agora o Paraná corre o risco de perder a Copel por 500 milhões de reais!

O governador Jaime Lerner ficou com a boca lambuzada de felicidade quando pensava em vender a Copel por 4 bilhões e 250 milhões de reais, feliz, faceiro, porque aí ele poderia usar esse dinheiro na campanha eleitoral, computar uma liderança aqui, outra liderança ali e fazer com que esse dinheiro sumisse. Mas, graças ao movimento do povo do Paraná, graças à Justiça, graças às intempéries da economia mundial nós não permitimos que a Copel fosse vendida! Senhor presidente, por uma motreta do governo Lerner, pela irresponsabilidade do governo Lerner, pela picaretagem de algumas pessoas que compõem este governo, o Paraná está perdendo a Copel! Está perdendo a Copel por 500 milhões de reais e vence a dívida agora, no final do mês de março! E nós queremos ver o Estado saneado, maravilhoso, bonito que o Paraná está em suas condições financeiras, na sua administração, na sua gestão fiscal!

Nós queremos saber se efetivamente é lenga-lenga, é papo furado, é conversa fiada ou se é verdadeiro e para ser verdadeiro ele tem que pagar a dívida do Banco Itaú! Tem que pagar a dívida do Banco Itaú e assumir esse furo, esse desfalque, esse assalto que foi feito contra as finanças públicas do Estado do Paraná!

Senhor presidente, nós vamos ficar aqui vigilantes em relação a este assunto, nós não iremos perder de vista, porque estamos falando de 5 milhões, que é o valor que o governador paga pelo jatinho que ele tem alugado, deixando de usar o avião do Governo para andar num jato, pagando 5 milhões de reais no seu mandato! Cinco milhões, o que daria para comprar o próprio jato!

É um belo negócio! É um negócio formidável: compra-se o avião e aluga-se para o Jaime Lerner! E o povo do Paraná paga o avião. No final do seu mandato, o avião está pago e o empresário ganha um avião praticamente zero! É fácil! É bom fazer negócio desse jeito. Assim como foi feita a negociata dos precatórios! Do mesmo jeito tratando-se de um governo marcado por corrupção, senhor presidente! E o povo do Paraná paga por esses atos de incompetência e de irresponsabilidade.

Nós queremos saber da viagem do governador, ontem, para São Paulo. Foi lá ajoelhar-se aos pés do Banco Itaú, do senhor Setúbal, foi pedir clemência! Foi pedir perdão. Segundo a imprensa, o governador foi a São Paulo, ontem, para pedir ao senhor Setúbal, diretor-presidente do Banco Itaú, clemência. “Devo 500 milhões de reais num negócio mal feito, pela compra de precatórios que o povo do Paraná terá que pagar, os funcionários públicos, os agricultores, a nossa sociedade, e não tenho dinheiro para pagar; porque o dinheiro que o Paraná tem eu tenho que usar na campanha eleitoral, aliciando prefeitos, aliciando lideranças no Paraná”.

É este o discurso que o governador Jaime Lerner, de joelhos, deve ter feito para o presidente do Banco Itaú, lá na cidade de São Paulo. Mas, nós queremos saber qual

vai ser o desfecho dessa negociata. Nós queremos saber como é que o governador Jaime Lerner vai pagar essa dívida! Como é que vai ficar o Estado do Paraná em relação a essa situação terrível e perplexa montada por este governo!

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, até aproveitando a brilhante fala do deputado Nereu Moura, esta Presidência foi até o Judiciário, com relação aos pagamentos, á dívida do Itaú, com títulos caucionados pela Copel. V. Exa. questionou a legalidade da caução. Esse processo tem algum desfecho?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nós tínhamos conseguido uma liminar e a liminar foi cassada, no Tribunal Regional de Porto Alegre. Estamos aguardando o julgamento do mérito para esta semana, pela Justiça Federal de Curitiba.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)**

Então, temos tempo até o dia trinta e um.  
Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Estamos aguardando. Estive, ainda ontem, fazendo uma visita ao juiz que está com o processo, pedindo a possibilidade do julgamento, porque não adianta julgar “*a posteriori*” ao vencimento.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)**

Tenho uma outra questão de ordem, que é registrar a presença na tribuna de honra dos vereadores de Cambé, Carlos Roberto Rasteiro, o presidente da Câmara e do vereador Alencar Diniz da Silva, nosso “Batata”.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Quero registrar, também, a presença do presidente do Partido Democrático Cristão, Giovani Gionédís e o ex-deputado João Iense. Agradecemos pelas presenças dos ilustres visitantes.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Concedemos a palavra, no Horário destinado à Liderança do Governo, ao deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, senhores deputados: somente com o intuito de esclarecer, porque entendemos que aqui deve sempre prevalecer a verdade, as posições do deputado Nereu Moura. Entretanto, acho que elabora em equívoco o seu raciocínio, certamente informado de maneira equivocada, haja vista que temos que nos perguntar antes, qual é o caráter, qual é o aspecto jurídico dessa possível dívida do governo do Estado com o Banco Itaú que tem

como garantia aproximadamente 500 milhões de reais de ações da Copel.

Todos nós paranaenses queremos, efetivamente, preservar o patrimônio público do Estado do Paraná. Muito bem colocado aqui, como garantia.

Senhores, toda e qualquer garantia para efeito jurídico, ela não pode ser automaticamente cobrada. Ela não pode ser automaticamente ou paga ou então, perde.

Não é assim que funciona o nosso ordenamento jurídico. Não!

Muito pelo contrário, existe uma garantia caucionando essas ações para que o Banco Itaú ou qualquer outro fornecedor, ou qualquer credor possa receber uma garantia, 1º passo: tem que executar a garantia.

Isso é o primeiro passo, não existe: olha você me deve, dá-me aqui esse dinheiro, dá-me aqui essa garantia que eu vou me apropriar dela, vou vender.

Não é assim o nosso ordenamento jurídico. Graças a Deus não é assim, deputado Miltinho.

Então, em primeiro lugar o aspecto jurídico de garantia, para se tomar a propriedade ou a posse dessa garantia tem que se executar, para se executar cabe embargos à execução.

Se cabe embargos à execução, cabe alegarmos um princípio maior do Direito que é a supremacia do interesse público sobre o particular.

Então, não seria uma simples ação de execução para se obter que faria com que as ações que asseguram uma dívida saíssem do controle do Estado e passassem automaticamente ao controle do Banco Itaú ou de qualquer outro credor do Estado se assim fosse.

Então, essa preocupação me parece mais a preocupação de tentar inventar uma situação, de tentar criar uma situação onde se colocaria em risco o patrimônio da Copel.

Ora, se o governador Jaime Lerner tomou a decisão de não privatizar a Copel, ela não vai ser privatizada, mesmo que alguns gostassem que essa privatização pudesse acontecer, pela via direta ou indireta para poder ficar com o discurso que, evidentemente, não terão em hipótese alguma.

Por isso, senhor presidente, não há risco porque no Brasil existe uma cultura e existe uma tradição que os títulos lançados pelos estados, precatórios, os títulos lançados até antes da CPI do Congresso nacional automaticamente, quando venciam esses títulos, eles eram renovados e passavam a ser títulos da dívida pública brasileira.

Automaticamente existia essa renovação.

Todos nós sabemos que os estados e os municípios que emitiram os títulos, eles estão impedidos de contratar empréstimos, que eles tem a necessidade de resolver as suas próprias situações e eu tenho a certeza absoluta que é isso que o governo do Estado está fazendo, trabalhando junto aos organismos federais, trabalhando junto aos estados que têm esses precatórios que devem esses títulos para que eles possam se transformar em títulos da dívida

pública ou que esses estados possam renegociar com o Estado do Paraná, assegurando esse crédito que tem o Estado do Paraná.

Senhor presidente, senhores deputados, não existe esse desespero, ou essa situação em hipótese alguma de colocar em risco o controle acionário do Governo do Estado sobre a Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Não existe essa mínima condição.

Então essa tentativa de desestabilizar neste momento que o Governo do Estado com seu firme propósito de não mais privatizar a Copel, nem pela via direta, nem pela via indireta, não existe nenhum risco. Digo isso para tranquilizar os deputados, inclusive o deputado Nereu Moura, a sociedade paranaense. Porque se houve qualquer possibilidade, eu, com tranquilidade viria aqui e afirmaria isso.

Não existe risco. O Governo do Estado continua detendo o controle acionário, tem o controle absoluto. Nem o Banco Itaú neste momento pretende executar esta garantia para assegurar o seu crédito.

O que o Banco Itaú, como qualquer banqueiro, pretende é ter condições de, a qualquer momento, reescalando essa dívida, transformando essa dívida em títulos públicos da União assegurar o seu crédito. Nada mais do que isso, mas, em hipótese alguma colocando o patrimônio, os ativos do Estado do Paraná em risco.

Muito obrigado!

O SR. ELI GHELLERE (**Pela Ordem**)

Gostaria de anunciar a presença do doutor Aroldo de Andrade vereador do PDT que nos visita esta tarde.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Devidamente registrado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo deputado Carlos Simões, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do deputado para sua suplência na Comissão de Constituição e Justiça. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 007/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação Maria Cazetta, com sede e foro no município de Curitiba. (**Publ. no DA nº 002/2002, de 19/02/2002**).

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 012/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - Ney Amintas de Barros Braga - do Colégio Estadual João XXIII - Ensino Médio do município de Mamborê, no Estado do Paraná, com sede e foro no mesmo município. (**Publ. no DA nº 002/2002, de 19/02/2002**).

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 026/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos da Região de Londrina - APOL, com sede e foro no município de Londrina. (**Publ. no DA nº 002/2002, de 19/02/2002**).

#### **ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 040/2002, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Atenção à Dependência de Alcool e Drogas, com sede e foro no município de Jaguariaíva. (**Publ. no DA nº 003/2002, de 20/02/2002**).

#### **ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 062/2002, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual, o CTG - Centro de Tradições Gaúchas Estância Velha da Tradição, no município de São José dos Pinhais, com sede e foro na comarca de São José dos Pinhais. (**Publ. no DA nº 005/2002, de 25/02/2002**).

#### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Jaguapitã, imóvel que especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 435/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória a alienar o imóvel que especifica. **COM PARECERES**



FAVORÁVEIS DA CECE E CTIC. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 641/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 3º, da Lei nº 11.832, de 12 de setembro de 1997. (doação de imóvel). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 680/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, dispõe sobre a divulgação dos valores de multas de trânsito arrecadadas nas rodovias estaduais ou sob administração no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 693/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana, que prorroga os efeitos da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 13.412 de 26 de dezembro de 2001. (ICMS). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/2002, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, ceder em comodato, por prazo indeterminado, imóvel situado no local denominado Canal da Draga, município de Pontal do Paraná, ao Instituto de Cultura Espírita do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 079/2002.

#### ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/2002, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Cecília do Pavão, com sede no município de Santa Cecília do Pavão e foro no município de São Jerônimo da Serra. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Jaguapitã, imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 118/2001, de 04/09/2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 404/2001

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Jaguapitã, imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SÉRGIO SPADA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 404/2001

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Jaguapitã, imóvel que especifica.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável, pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças entende que com a doação do prédio, a Prefeitura Municipal de Jaguapitã poderá ampliar o atendimento da atual creche instalada no referido imóvel, beneficiando as famílias de baixa renda do município que tanto necessitam dessa creche para poder trabalhar.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 404/2001.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
LUIZ ACCORSI - Relator

#### ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 673/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção da Central Térmica de Pitanga, situada no município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 184/2001, de 04/12/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 673/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, visa autorizar a construção da Central Térmica de Pitanga, situada no município de Pitanga.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI- Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 673/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção e operação da Central Térmica de Pitanga, usina elétrica a gás natural, a ser implantada no município de Pitanga.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças de acordo com o que preceitua no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação. No entanto, sugerimos o encaminhamento da matéria para parecer da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente que irá analisar a documentação exigida pela legislação em vigor.

Sendo assim, esta Comissão opina favoravelmente ao presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI Nº 673/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, visa autorizar a construção da Central Térmica de Pitanga, situada no município de Pitanga.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a se manifestar, constatamos que a matéria encontra-se apta para seguir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.03.2002.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO- Relator

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 505 e 516, de autoria do deputado Herma Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 511, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 512, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 517 e 518, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Pela ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Só para anunciar a presença do presidente da Câmara Municipal de Jesuíta, Osmar José da Trindade e a presidente da Associação Comercial de Moreira Sales, dona Aparecida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 106/99; 348, 443, 554/2001; 004 e 046/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 404, 673/2001; 287/99; 004, 429/2000 e 113/2001.

1ª DISCUSSÃO - do Projetos de Lei nºs 165/2000; 068, 162, 184/2001; 096 e 102/2002.

Convido ainda os senhores deputados para a Sessão Solene de outorga de Título de Cidadania Honorária do Paraná, ao senhor Arlindo Mosé Cavalca, proposição do senhor deputado Eli Ghellere, a realizar-se quinta-feira, dia 21, às dezessete horas.

Levanta-se a Sessão.